

DESAFIOS EXTERNOS NO CAMINHO DA ALFABETIZAÇÃO: OBSTÁCULOS PARA CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 01/07/2024

Maria Souza dos Santos

Doutoranda em Educação - (bolsista Capes) PUCRS

Sandra Canal

Docente - Centro Universitário FAVENI - UNIFAVENI

Karla Fernanda Wunder da Silva

Pós-doutoranda em Educação - PUCRS

Andreia Mendes dos Santos

Doutora em Serviço Social - PUCRS.
Docente e pesquisadora PPGEDU/
PPGCS - PUCRS

RESUMO: Esse artigo aborda os fatores externos, de natureza escolar e familiar, que representam obstáculos no processo de alfabetização e letramento de crianças nos primeiros anos do ensino fundamental. O objetivo deste estudo é identificar os principais fatores externos que exercem impacto adverso na aprendizagem das crianças durante o processo de alfabetização. Com esse propósito, a investigação utilizou uma metodologia qualitativa, apoiada em revisão de literatura, que abordou aspectos significativos da legislação nacional referente à alfabetização e ensino, com

pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Além disso, contemplou reflexões de autores preocupados com a individualidade do aprendizado de cada sujeito e a busca de modelos de intervenção mais eficazes. Os resultados obtidos visam contribuir para a formação de professores alfabetizadores, buscando uma maior eficácia no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, enfatizou a parceria entre família e escola como fundamental para assegurar o sucesso no processo de aprendizagem das crianças. No entanto, embora haja um aumento no volume de pesquisas, a complexidade subjacente à temática indica que ainda existem muitos aspectos a serem explorados e aprofundados. Dessa forma, conclui-se que esse estudo procura agregar perspectivas valiosas ao campo da alfabetização e letramento, estimulando uma investigação contínua e o desenvolvimento nessa área.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Aprendizagem. Fatores externos. Intervenção.

ABSTRACT: This article addresses the external factors, of a school and family nature, that represent obstacles in the literacy process of children in the first years of elementary school. The objective of this study is to identify the main external factors that have an adverse impact on children's learning during the literacy process. For this purpose, the investigation used a qualitative methodology, supported by a literature review, which addressed significant aspects of national legislation regarding literacy and teaching, with research carried out in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Furthermore, it included reflections from authors concerned with the individuality of each subject's learning and the search for more effective intervention models. The results obtained aim to contribute to the training of literacy teachers, seeking greater effectiveness in the teaching-learning process. Furthermore, he emphasized the partnership between family and school as fundamental to ensuring success in the children's learning process. However, although there is an increase in the volume of research, the complexity underlying the topic indicates that there are still many aspects to be explored and deepened. Therefore, it is concluded that this study seeks to add valuable perspectives to the field of literacy and literacy, stimulating continuous investigation and development in this area.

KEYWORDS: Literacy. Learning. External factors. Intervention.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização denota o conjunto de atividades e estratégias educacionais com o propósito de instruir indivíduos nas habilidades de leitura e escrita. Durante essa trajetória, busca-se o desenvolvimento das competências essenciais para compreensão e expressão de informações por meio da linguagem escrita, envolvendo familiarização com o alfabeto, compreensão das correspondências entre letras e sons, aquisição de vocabulário e capacidade de decodificação de palavras. Adicionalmente, a alfabetização compreende o aprimoramento das habilidades de compreensão textual e a promoção do prazer pela leitura, proporcionando as ferramentas necessárias para uma participação plena na sociedade letrada.

Conforme Magda Soares (2021) destaca, todas as crianças têm a capacidade de aprender a ler e escrever, porém, fatores internos e externos podem influenciar esse processo. Esse estudo tem como objetivo identificar os principais fatores externos que impactam negativamente a aprendizagem durante a alfabetização, considerando a "entrada da criança na cultura da escrita", segundo conceituado por Soares (2021). Além disso, busca-se desenvolver propostas de intervenção adequadas e eficazes, focando especialmente nos fatores externos prejudiciais à aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, durante o processo de alfabetização. Para abordar a questão central, é fundamental realizar uma breve reflexão sobre os conceitos de aprendizagem, processo de alfabetização e letramento, bem como examinar o papel do ambiente e das relações interpessoais na aprendizagem, conforme discutido por autores especializados.

Metodologicamente, esse trabalho foi realizado sob a forma de uma revisão bibliográfica que empregou o método qualitativo no estudo das “Dificuldades no Processo de Alfabetização”. No início, foram feitas pesquisas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), abrangendo trabalhos realizados entre 2018 e 2023, utilizando os descritores Alfabetização E Dificuldades. A análise revelou que a maioria dos estudos aborda as dificuldades relacionadas a fatores neurobiológicos. Para complementar, foram consultadas publicações de renomados autores no campo da alfabetização, com destaque para Soares (2004; 2019; 2021).

Na primeira parte do artigo, aprofundou-se nas concepções de aprendizagem, alfabetização e letramento, segundo a legislação brasileira e as perspectivas de especialistas no assunto. Na segunda parte, abordou-se as diversidades de maneiras como os sujeitos da pesquisa aprendem, considerando o papel do ambiente e das relações interpessoais. Por fim, a terceira parte contemplou reflexões sobre os principais fatores externos, de ordem familiar e/ou escolar, que podem influenciar, negativamente, a aprendizagem das crianças, ressaltando a importância de propostas de intervenção eficazes.

Antecipa-se que os resultados desse estudo contribuirão para o aprimoramento contínuo da formação de professores alfabetizadores, estimulando análises, discussões e reflexões adicionais sobre esse tema essencial para a compreensão do processo de aprendizagem e o desenvolvimento de propostas de intervenção mais eficazes.

APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS INDISSOCIÁVEIS

A inquietação com questões relativas à alfabetização e a aprendizagem não é algo recente no Brasil. Tem-se conhecimento de que, desde a época do descobrimento, os jesuítas tiveram a preocupação em fundar escolas para alfabetizar crianças. Atualmente, existem muitas reflexões e estudos acerca dos conceitos: aprendizagem e alfabetização, que são conceitos indissociáveis. Porém, neste artigo, abordam-se as concepções das autoras Paín (1985), Fernández (1990), Bossa (2007), Weiss (2016), Soares (2004; 2019; 2021) e de alguns documentos que regem a educação brasileira.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituída pelo Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, considerada um marco para a educação brasileira, declara a alfabetização “fundamental para a vida escolar e para o exercício pleno da cidadania” (Brasil, 2019, p. 18). Conforme o documento: “a palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação” (Brasil, 2019, p. 18). O documento apresenta, ainda, a proposta de um processo de alfabetização baseado em evidências que visa “propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas” (p.20), o que, segundo o mesmo

documento, garante condições necessárias para haver êxito neste processo (p.52). Pode-se perceber que, para que haja sucesso na aprendizagem e desenvolvimento de um processo de alfabetização eficaz, requer-se mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia (p.10).

Quanto a indissociabilidade dos conceitos: aprendizagem, alfabetização e letramento, o Pacto Nacional pela Alfabetização traz a seguinte afirmação: “[...] destaca-se que o êxito do processo de alfabetização reside também na capacidade de acompanhar continuamente o progresso da aprendizagem das crianças, por meio de avaliações contínuas, que podem ser baseadas em observações e registros sistemáticos de cada criança [...]” (Brasil, 2013, p.20). Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também versa sobre o assunto: “aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social (Brasil, 2017, p. 63).

Embora, nesses documentos não haja explicitamente a palavra aprendizagem, há uma preocupação com o ato de ensinar e aprender, o que aparece de forma implícita em algumas expressões como: “ensino das habilidades de leitura e escrita”, “construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social”. Essa temática é fator inquietante para alguns autores na América Latina. Fernández, pesquisadora e psicopedagoga argentina (1946-2015), apresenta uma importante reflexão sobre as modalidades de aprendizagem, a qual servirá de contribuição para a terceira parte desse artigo. Aprendizagem é um processo que acompanha a pessoa ao longo da vida. Aprende-se desde o nascimento até a morte. Schwartz, (2008, p. 174) relata que “os sujeitos aprendem ao longo da vida e, dependendo da cultura onde estão inseridos, motivos de poder, de qualificação, de status, de aprovação, de acolhimento, de pertencimento [...] estes desejos ou motivos podem catalisar, ou não aprendizagens”.

Conforme Paín (1985) “o processo de aprendizagem se inscreve na dinâmica da transmissão da cultura”. Dessa forma, “[...] a continuidade da conduta humana se realiza pela aprendizagem, de tal maneira que a instância ensino-aprendizagem permite a cada indivíduo, pela transmissão das aquisições culturais de uma civilização, a vigência histórica da mesma (Paín, 1985, p. 11). Esse pensamento da autora ressalta a “função mantenedora da educação”, que segundo ela, é responsável pela “continuidade da espécie”. Igualmente, Bossa (2019, p. 118), disserta “[...] por meio da aprendizagem, o sujeito é inserido, de forma mais organizada, no mundo cultural e simbólico, que o incorpora à sociedade”. Conclui-se, dessa forma, a importância da função social da escola que, além de ensinar a ler e escrever (alfabetização), se responsabiliza pela inserção na sociedade (aprendizagem).

Soares (2019, p. 41-42) defende que a alfabetização é um processo complexo que envolve multiplicidade de facetas, sendo as três principais: linguística, interativa

e sociocultural. A autora traça uma distinção muito importante entre alfabetização e letramento. Segundo Soares, o objeto do conhecimento da *faceta linguística* é a apropriação do conhecimento do sistema alfabético-ortográfico e das convenções da língua escrita, que demanda processos cognitivos e linguísticos específicos, além de estratégias específicas de aprendizagem, o que implica em alfabetização, e a *faceta interativa* se refere às habilidades de compreensão e produção de textos, o que requer, outros e diferentes processos cognitivos e linguísticos e, conseqüentemente, estratégias de ensino e aprendizagem diferentes. E não menos importante, destaca, ainda, a *faceta sociocultural*, cujo objeto são os eventos sociais e culturais que envolvem a escrita, “o que implica conhecimentos, habilidades e atitudes específicos que promovam inserção adequada nesses eventos, em diferentes situações e contextos de uso da escrita (Soares, 2019, p. 29).

O conceito de letramento, conforme definido por Soares, é uma ideia relativamente recente, mas de suma importância para a aquisição da habilidade de leitura e escrita. Segundo a autora, a alfabetização ocorre em um contexto de letramento, já que é este contexto que confere significado ao processo de aprender a ler e escrever. Em outras palavras, compreender o letramento é essencial para entendermos como as habilidades de alfabetização se desenvolvem, pois ele fornece o contexto e o propósito necessário para uma aprendizagem eficaz da língua escrita (Soares, 2004). A autora assim define:

Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. Esses comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquirindo visibilidade e importância à medida que a vida social e as atividades profissionais tornaram-se cada vez mais centradas na e dependentes da língua escrita, revelando a insuficiência de apenas alfabetizar – no sentido tradicional – a criança ou o adulto (SOARES, 2004, p. 100).

Em síntese, este tópico destaca a indissociabilidade entre aprendizagem, alfabetização e letramento, examinando a evolução histórica desses conceitos no cenário educacional brasileiro. Soares (2004, 2019, 2021) sublinha a complexidade da alfabetização, abordando dimensões linguísticas, interativas e socioculturais. O letramento, por sua vez, emerge como um elemento fundamental, proporcionando o contexto e os propósitos necessários para a eficaz aquisição da leitura e escrita. Quanto à relevância da competência leitora, Sampaio (2020, p.26) argumenta:

Um leitor competente é aquele que usa efetivamente a linguagem escrita em diferentes circunstâncias de comunicação, de modo a se apropriar das estratégias e procedimentos de leitura característicos das diversas práticas sociais das quais participa, de tal forma que os utiliza no processo de construção dos sentidos dos textos.

Em resumo, compreender a interconexão desses elementos é fundamental para a promoção de uma educação de qualidade, capacitando indivíduos que participam ativamente na sociedade letrada.

PROTAGONISTAS DA PESQUISA E SEU JEITO DE APRENDER

Nesse estudo, as crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são o foco da investigação. Por ser um artigo bibliográfico, não há testes ou observações diretas das crianças, mas sim uma análise de literaturas e leis relacionadas ao tema. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), a entrada das crianças no Ensino Fundamental é assegurada aos 6 anos (p. 121). O documento afirma:

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável para a aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e para a compreensão da realidade que a cerca, conhecimentos que se postulam para esse período de escolarização (Brasil, 2013, p. 110).

Corroborando com o exposto acima, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), programa que visa diminuir o índice de analfabetismo no Brasil, reafirma a importância de a criança estar alfabetizada ao final do ciclo de alfabetização que se dá dos seis aos oito anos de idade. “[...] a criança deverá estar alfabetizada ao final do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, que, nos termos da Lei nº 11.274/2006 (que ampliou o ensino fundamental obrigatório para 9 anos, com início aos 6 anos de idade), se dá a partir dos 8 anos de idade” (Brasil, 2013, p. 18). E ressalta a garantia de direito: “as crianças têm direito de se apropriar do sistema alfabético de escrita e, de forma autônoma, de participar de situações de leitura e escrita” (Brasil, 2013, p. 18).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, assim se posiciona ao falar de alfabetização:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p.61).

Conforme a legislação que rege o sistema educacional brasileiro, o desafio estratégico e decisivo da educação, na atualidade, é garantir a plena alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, quando completam oito anos de idade (BRASIL, 2013, p.4). Parece, portanto, interessante e plausível, uma reflexão sobre as diversas formas de aprendizagem das crianças. A seguir, relacionam-se os principais ambientes de aprendizagem por onde a criança transita ao longo de sua vida:

Família: um lugar de convivência e de ricas experiências

As experiências vivenciadas pelas crianças, desde o seu nascimento, ou anterior a este, são vitais para o seu crescimento tanto intelectual quanto emocional. Brazelton e Greenspan (2002), em seu livro “as necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver”, destaca a importância dos relacionamentos sustentadores contínuos como fator crucial para construir capacidade de confiança, empatia e compaixão. Os autores ressaltam que “relacionamentos emocionais sustentadores são a base primária mais crucial para o crescimento, tanto intelectual, quanto social” (p.24). E salientam:

Em nível mais básico, os relacionamentos promovem calor, intimidade e prazer; fornecem estabilidade, segurança física e proteção de doenças e ferimentos; além de suprirem necessidades básicas de nutrição e abrigo. Os aspectos “regulatórios” dos relacionamentos (por exemplo, proteção das crianças contra estimulação excessiva ou escassa) ajudam as crianças a permanecerem tranquilas e alertas para nova aprendizagem (Brazelton; Greenspan, 2002, p. 24).

Os autores destacam, sobretudo, a importância do cuidado de crianças pequenas no interior da família, onde a criança passa pelos estágios da primeira infância. E sinalizam que é um período em que “as crianças necessitam mais do que uma ausência de privação; elas requerem um cuidado sensível, sustentador, para construir capacidades de confiança, empatia e compaixão” (p.23). Enfatizam ainda que “escutar a voz humana, por exemplo, ajuda os bebês a aprenderem a distinguir os sons e a desenvolver a linguagem” (p. 23). E complementam com a ideia de que: “padrões familiares que prejudicam o cuidado sustentador podem levar a um comprometimento significativo nas capacidades cognitivas e emocionais. Interações sustentadoras, afetuosas, com bebês e crianças pequenas, por outro lado, ajudam o sistema nervoso central a crescer adequadamente” (Brazelton; Greenspan, 2002, p. 23). Não se trata de apresentar às crianças um ambiente irreal sem mágoas e frustrações, mas sim, de fortalecê-las para enfrentar estes aborrecimentos e “lidar com os sentimentos de formas construtivas e maduras” (Brazelton; Greenspan, 2002, p. 19).

Nessa mesma perspectiva, Soares (2021) afirma: “a criança vive [...] desde muito pequena, antes mesmo de sua entrada na escola, um processo de construção do conceito de escrita, por meio de experiências com a língua escrita nos contextos sociocultural e familiar” (Soares, 2021, p. 51). No entanto, a autora salienta a importância da escola no que refere à aprendizagem da escrita alfabética: “Assim, no que se refere à escrita alfabética, cabe à escola, conhecendo o nível de desenvolvimento cognitivo e linguístico já alcançado pela criança e partindo dele, orientá-la para que avance em direção ao nível que ela já tem possibilidade de alcançar” (Soares, 2021, p. 53).

A Constituição Federal do Brasil estabelece princípios fundamentais para a proteção das crianças e adolescentes no país. O documento destaca que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir, com prioridade absoluta, uma série de direitos a esse grupo, incluindo vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Em seu artigo, 277, preconiza:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão (Brasil, 2004, p.129).

Embora seja dever da família assegurar o acesso à educação, nem sempre o ambiente familiar garante aprendizados significativos. Isso não quer dizer que nela não se aprenda. No entanto, convém salientar que, a família é instituição secundária no processo de escolarização da criança. Portanto, cabe à escola, valorizar os conhecimentos adquiridos na família e, a partir daí, traçar seu plano de trabalho para potencializar o processo de escrita alfabética (Soares, 2021).

Adultos em geral: família extensa, amigos e vizinhos

Ao longo do processo de desenvolvimento a criança amplia seus laços de relacionamento para além da família natural. Trata-se da família extensa ou ampliada, “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (Brasil, 2017, p. 19) e de outros adultos do convívio familiar. A criança costuma imitar comportamento de adultos. Faz-se necessário, um cuidado metódico no que se diz e faz na presença das crianças. É salutar, por parte dos adultos, reservar tempo para estar com a criança, brincar com ela, interessar-se por seus afazeres, sintonizar-se com ela. Interações afetuosas e vínculos significativos na infância são fundamentais para o desenvolvimento das atitudes do ser e agir da criança em relação ao outro e ao mundo que a cerca e para um desenvolvimento saudável.

Outro universo de relação da criança com adultos é a escola. Savater (2012) afirma que “a instituição educacional aparece quando o que é preciso ensinar é um saber científico, não meramente empírico e tradicional [...]. Nem tudo pode ser aprendido em casa ou na rua” (Savater, 2012, p. 43).

No ingresso à instituição escolar acontece a relação professor/estudante. A leveza dessa relação implica no sucesso tanto do ensino quanto da aprendizagem. Muitas vezes a criança chega à escola amedrontada, insegura e inquieta por temer o novo que passa a fazer parte de seu cotidiano. O acolhimento empático pode desmistificar essa insegurança que, se não superada, tornar-se-á um fator limitante da aprendizagem. É preciso que a criança, aprendente, sinta-se acolhida, segura e amada pelo adulto, ensinante.

Os pares: aprendizados e desafios

Geralmente, a criança, ao ingressar no Ensino Fundamental, provém da Educação Infantil, lugar de interações entre pares por excelência, por meio das brincadeiras, trocas, negociações e convivências grupais, próprias dessa faixa etária e dessa etapa escolar. A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental constitui um fator importante de amadurecimento tanto físico quanto mental e das relações das crianças. Brazelton e Greenspan (2002, p. 128), assim afirmam:

À medida que as crianças atravessam seu sétimo e oitavo anos de vida, seus horizontes se ampliam. O mundo delas se resume a outras crianças. Elas começam a deixar o estágio de desenvolvimento orientado à família e a entrar no mundo multifacetado de seus iguais, ingressando na política do pátio de recreio[...].

Assim, pode-se perceber a riqueza de aprendizados das crianças entre si. É fundamental a escola proporcionar espaços de aprendizagem coletiva. É nessa fase de desenvolvimento que se formam os líderes. Além de ser uma proposta desafiadora, o relacionamento entre pares traz muitos ganhos para o processo de ensino e aprendizagem, garante Corsaro (2011). O autor focaliza as crianças enquanto “agentes sociais ativos e criativos que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis” (Corsaro, 2011, p.15), e enfatiza:

Em primeiro lugar, as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas. [...] Em segundo lugar, *a infância* – esse período socialmente construído em que as crianças vivem suas vidas – é uma forma estrutural. [...] Nesse sentido, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário (Corsaro, 2011, p. 15-16).

As crianças são agentes ativos. E essa é uma característica que a escola deve valorizar em suas ações pedagógicas: aproveitar o protagonismo infantil. Vigotski (2007), teórico construtivista e psicólogo, destaca o papel ativo da criança no desenvolvimento humano. Segundo ele, as habilidades psicológicas e sociais que a criança desenvolve são resultados das suas relações com outros sujeitos, sejam eles adultos ou crianças. Deus et al. (2023, p.33) destacam a relevância das interações no contexto escolar como fator fundamental no processo de alfabetização: “as séries iniciais são um período de formação de conceitos, de desenvolvimento da linguagem, de estabelecimento de relações e construção da identidade própria e o espaço para tais construções é a escola”.

Nesse introito, constata-se que a aprendizagem é um processo interativo. Ela não acontece de maneira isolada. É possível observar que a interação tem papel fundamental e preponderante no desenvolvimento da mente, visto que o desenvolvimento das crianças está ligado às interações que elas estabelecem com os adultos e entre si, nos mais variados ambientes pelos quais elas transitam (Vigotski, 2007).

PRINCIPAIS FATORES EXTERNOS QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS

A ação pedagógica esbarra, muitas vezes, em problemas de contexto social que dificultam a ultrapassagem de barreiras que impedem uma prática que contemple as diversidades. Este tópico intende refletir sobre a problematização do contexto social da educação, muitas vezes precário e desmotivador.

Para desenvolver esse tópico, foi feita uma pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) usando os termos Alfabetização E dificuldades, em estudos realizados entre 2018 e 2023. Verificou-se que não foram encontradas pesquisas que se concentram nos fatores externos, que é o objetivo desta investigação. No entanto, há diversas pesquisas que examinam os fatores neurobiológicos que afetam o processo de alfabetização e letramento de crianças nos primeiros anos escolares. Paín (1985) narra as dimensões do processo de aprendizagem e enfatiza que é um processo que compreende todos os componentes dedicados à transmissão da cultura, sendo essa transmissão de responsabilidade tanto da escola, como instituição específica, quanto da família, como instituição secundária (Paín, 1985). A autora destaca as dimensões biológica, cognitiva e social, dimensões estas que devem ser levadas em consideração no processo de ensinar e aprender.

O documento Política Nacional de Alfabetização (PNA) destaca a necessidade de maior cuidado com a qualidade da educação básica e a urgência de mudanças nas políticas educacionais relativas à alfabetização:

A Política Nacional de Alfabetização resulta da relevância do tema aos olhos da sociedade brasileira, que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos, maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, mas também é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia (Brasil, 2019, p. 10).

O referido documento apresenta o preocupante cenário da Educação no Brasil, a partir de resultados obtidos pelo País, em Programas de Avaliação, o que instiga mais pesquisas visando propor mais investimento e capacitação de professores, sobretudo, os alfabetizadores. Pois, sabe-se que tais resultados negativos são decorrentes da defasagem, principalmente em estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental:

Segundo os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes. Em escrita, 33,95% estavam em níveis insuficientes (1, 2 ou 3). Embora o número não seja

tão alto em comparação com leitura, percebe-se a gravidade do problema diante da descrição desses níveis: aproximadamente 680 mil alunos de cerca de 8 anos estão nos níveis 1 e 2, o que quer dizer que não conseguem escrever “palavras alfabeticamente” ou as escrevem com desvios ortográficos. Quanto à escrita de textos, ou produzem textos ilegíveis, ou são absolutamente incapazes de escrever um texto curto (Brasil, 2016, p.10).

Destacam-se alguns fatores cruciais que dificultam a aprendizagem das crianças no processo de alfabetização, tais como: a) condições infraestruturais das escolas; espaço físico e mobiliário inadequados. Na maioria das vezes, além de materiais pedagógicos escassos ou insuficientes, os espaços físicos são precários. Muitas escolas não possuem laboratórios de ciências e informática, biblioteca, além da falta de serviços básicos como acesso à energia elétrica, coleta periódica de lixo, esgoto sanitário e até abastecimento de água tratada, sobretudo, na educação pública, o que causa desmotivação tanto para estudantes quanto para professores; outra dificuldade que assola as classes de alfabetização é o número excessivo de estudantes, que prejudica o desempenho e a aprendizagem; e, por fim, a falta de formação continuada de professores alfabetizadores.

É urgente a “mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia”, conforme rege o documento PNA (2019). Pois, tanto a Educação Infantil quanto os Anos Iniciais necessitam de professores especialistas em questões da infância, que conheçam a infância, as suas necessidades e as modalidades de aprendizagem (Fernandéz,1990). É preciso investir em qualidade desde a Educação Infantil para se ter êxito nos programas de avaliação nacionais e internacionais.

Fernandéz (1990) salienta que “[...] assim como não se pode entender um processo somente a partir do aprendente, sem recorrer ao ensinaste, tampouco poderíamos diagnosticar um problema de aprendizagem sem incluir a instituição escolar” (Fernandéz, 1990, p. 26). A autora instiga a ter um olhar de cuidado sobre o ser que aprende, levando em consideração a “modalidade de aprendizagem” de cada um, ou seja, a individualidade. Não se aprende da mesma maneira: “Tal modalidade de aprendizagem constrói-se desde o nascimento [...]” (Fernandéz,1990, p. 107).

A autora orienta a levar em consideração a imagem que o aprendente tem de si, como agem as figuras ensinantes, o vínculo do aprendente com o objeto de conhecimento, a história das aprendizagens prévias, a modalidade de aprendizagem da família (Fernandéz, 1990, p.108). Esses fatores são fundamentais para a condução de um processo de aprendizagem eficaz.

Outro fator imprescindível que pode influenciar negativamente na aprendizagem é a pobreza cultural familiar. Fernández (1990) ressalta: “[...]a modalidade de aprendizagem do sujeito na infância está entrelaçada com uma ‘modalidade de aprendizagem familiar’ (Fernandéz, 1990, p.108). Igualmente, Paín (1985) se posiciona, ao falar da dimensão social do processo de aprendizagem. A autora evidencia a importância que deve se dar em como acontece a transmissão da cultura na vida do aprendente. Como, enquanto sujeito histórico, ele se apropria dos conhecimentos transmitidos tanto na família, quanto na escola:

Tal processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola) ou secundariamente (família), promovem educação. Por meio dela, o sujeito histórico exercita, assume e incorpora, uma cultura particular, na medida em que fala, cumprimenta, usa utensílios, fabrica e reza segundo a modalidade própria de seu grupo de pertencimento (Paín, 1985, p.17).

Tanto Fernández (1990) quanto Paín (1985) acordam que a ‘modalidade de aprendizagem da família’ pode ser um fator que facilita ou que dificulta o processo de aprendizagem da criança, uma vez que a transmissão da cultura familiar é muito importante para aprendizagens futuras. Além das atividades desenvolvidas na escola, é fundamental que a família acompanhe a criança nos estudos, em casa, para que ela realize as atividades propostas e mantenha-se motivada a aprender e a descobrir. No entanto, convém lembrar que a família é instituição secundária no processo ensino-aprendizagem (Paín, 1985). Porém, quando a família se omite, o desejo de aprender pode ser enfraquecido e comprometer o processo. Todavia, isto não é fator determinante. Tem-se conhecimento de pessoas que, apesar de terem nascido e crescido em ambientes de alto risco, convivido com pobreza extrema e situações de abuso recorrente, além de exposição a estresse excessivo e prolongado, se superaram e não se deixaram afetar por essas adversidades. É o que se chama de resiliência.

A falta do desejo de aprender constitui um empecilho para o aprendizado (Fernandèz, 1990; Weiss, 2016). Muitas vezes a criança chega à escola apática e desmotivada. Vêm à escola apenas porque seus pais obrigam-nas. A desmotivação é apenas um sintoma do que tem por trás dessa apatia pela aprendizagem. Poder-se-ia elencar tantos outros fatores prejudiciais à aprendizagem durante o processo de alfabetização, e conseqüentemente, ao longo de toda a sua vida acadêmica, caso não haja uma intervenção eficaz. No entanto, julga-se, que os fatores aqui elencados, são os mais recorrentes e responsáveis pela grande demanda de fracasso e, por conseguinte, evasão escolar, o que eleva o nível de analfabetismo em nosso país (Fernandèz, 1990). A compreensão e a intervenção nesses fatores são essenciais para garantir o sucesso educacional e reduzir as taxas de analfabetismo, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico das crianças.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO: UM OLHAR CUIDADOSO

Os principais fatores externos que dificultam a aprendizagem no processo de alfabetização e letramento de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, aqui elencados, revisitam a realidade de muitas escolas de nosso país. Sendo a escola instituição específica responsável pelo processo ensino-aprendizagem, recai sobre ela a responsabilidade maior sobre o sucesso ou fracasso escolar. Weiss (2016) traz uma importante reflexão sobre a escola, como maior contribuinte do fracasso escolar, do não

aprender de crianças que apresentam desenvolvimento infantil típico. A autora situa a escola, tanto a particular quanto a pública, como um reflexo do sistema socioeconômico. Segundo Weiss (2016, p. 21) “a possibilidade de absorção de certos conhecimentos pelo aluno, dependerá, em parte, de como essas informações lhe chegaram, lhe foram ensinadas [...]”. A autora aponta tanto a precária estrutura física da escola quanto a falta de atualização dos professores, como fatores de desmotivação do desejo de aprender do estudante: “professores em escolas desestruturadas, sem apoio material e pedagógico, desqualificados pela sociedade, pelas famílias, pelos alunos, não podem ocupar bem o lugar de quem ensina tornando o conhecimento desejável pelo aluno” (Weiss, 2016, p.21). E complementa: “o ato de ensinar fica sempre comprometido com a construção do ato de aprender, faz parte de suas condições externas. A má qualidade do ensino provoca um desestímulo na busca do conhecimento” (Weiss, 2016, p.21).

Weiss (2016) salienta a importância de se compreender as dificuldades de aprendizagem a partir de três perspectivas, a saber: da sociedade, da análise da instituição escolar e do estudante. Conclui-se, dessa forma, que os fatores externos que contribuem para dificultar a aprendizagem das crianças que não apresentam nenhum atravessamento em seu desenvolvimento, no processo de alfabetização, são especificamente de ordem social, tendo como expoentes a família, como instituição secundária, e a escola, como instituição específica (Weiss, 2016).

Diante da realidade do sistema educacional em nosso país, em que o Brasil ocupou a 59ª posição no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) em 2018, quando foram avaliados 63 países e o foco da avaliação foi o domínio da leitura, urge a presença de uma equipe pedagógica qualificada em cada instituição de ensino, para apoiar e subsidiar os professores, sobretudo, os alfabetizadores, a fim de prevenir e/ou dirimir possíveis dificuldades de aprendizagem (Brasil, 2020).

Em linhas gerais, a equipe pedagógica se empenha em atender e orientar os estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a aplicação efetiva da proposta pedagógica da instituição de ensino. Assumindo um papel central, essa equipe coordena, cuidadosamente, as atividades didáticas e pedagógicas, estabelecendo uma conexão essencial entre professores, estudantes, pais e a direção escolar.

Apoio e Incentivo ao Professor

O papel do professor alfabetizador é de extrema importância no desenvolvimento educacional das crianças, especialmente nos estágios iniciais da aprendizagem. No entanto, quando um estudante enfrenta dificuldades de aprendizagem, o apoio da equipe pedagógica torna-se essencial para subsidiar e colaborar com o professor para desenvolver estratégias de ensino que se adequem às necessidades específicas de cada estudante a fim de que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Na instituição de educação, a equipe pedagógica também deve auxiliar aos professores quanto aos problemas comportamentais enfrentados no cotidiano das salas de aula que contribuem para aumentar as dificuldades de aprendizagem. Cabe à equipe fazer os encaminhamentos necessários a fim de potencializar a aprendizagem. Fernandèz ressalta que “[...] assim como não se pode entender um processo somente a partir do aprendente, sem recorrer ao ensinante, tampouco poderíamos diagnosticar um problema de aprendizagem sem incluir a instituição escolar” (Fernandèz, 1990, p. 26). Este desafio exige um olhar abrangente sobre todos os atores envolvidos na dinâmica ensino-aprendizagem, a começar pela instituição, tanto estrutura física quanto equipe pedagógica, estendendo aos estudantes, suas famílias e à sociedade. Dentro dessa perspectiva, é necessário que a equipe pedagógica tenha um plano de trabalho bem definido para dar suporte tanto ao professor quanto ao estudante, e à sua família.

Em suma, é papel da equipe pedagógica orientar os professores no que diz respeito à busca de estratégias de ensino-aprendizagem, qualificação dos processos, visando prevenir ou dirimir eventuais dificuldades de aprendizagem; acompanhar os estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamental apresentando estratégias de aprendizagem; apoiar e/ou orientar aos pais quanto a importância de acompanhar a vida escolar de seus filhos e da parceria família-escola.

Intervenção junto aos estudantes

Paín (1985) descreve que “existem dois tipos de condições para a aprendizagem: as externas, que definem o campo do estímulo, e as internas, que definem o sujeito” (p. 25) e propostas de intervenção. Abordar-se-á neste tópico, as condições externas que dificultam a aprendizagem como, por exemplo, condições alimentares, de moradia e de sono. A autora orienta que “quando o organismo apresenta uma boa equilíbrio, o sujeito defende o exercício cognitivo e encontra outros caminhos que não afetem seu desenvolvimento intelectual, dada as conseqüências sociais que ocasionam a carência na aprendizagem, sobretudo na infância” (Paín, 1985, p. 29).

Conhecer as condições sociais do estudante é fundamental, sobretudo, quando este apresenta enfraquecimento do desejo de aprender e/ou problemas escolares. Paín (1985) diz que “embora o fator ambiental incida mais sobre os problemas escolares do que os problemas de aprendizagem propriamente ditos, esta variável pesa muito sobre a possibilidade de o sujeito compensar ou descompensar o quadro” (Paín, 1985, p. 33). E a autora explicita que “o fator ambiental é especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e com os valores vigentes no grupo” (Paín, 1985, p.33).

Dessa forma, percebe-se a importância de a equipe pedagógica ouvir o estudante, acolher sua história de vida, bem como suas angústias e preocupações e auxiliá-lo na

organização de uma rotina de estudos. Traçar um plano de acompanhamento desse estudante a fim de orientá-lo em seus estudos e, avaliar e (re)planejar quando necessário, além de fazer a mediação junto aos professores do estudante em questão. Caso seja necessário um acompanhamento médico, psicológico ou psicopedagógico, fazer contato com a família e, posteriormente, os encaminhamentos devidos. Quando se tratar de um problema escolar coletivo, por exemplo, de comportamento, a equipe pedagógica pode realizar atividades grupais com a turma em questão a fim de orientá-la a encontrar caminhos para resgatar o desejo de aprender, a cumplicidade e tornar o aprendizado mais prazeroso.

Parceria com as famílias

Sendo a família o lugar onde a criança realiza as primeiras aprendizagens, a parceria da escola com a família constitui um fator fundamental no acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem. Faz-se necessário conhecer as famílias, suas condições sociais e culturais e como elas se constituem e se organizam, sua modalidade de aprendizagem, para melhor compreender o estudante e sua forma de aprender.

Tough (2017) salienta que “o primeiro e mais essencial ambiente em que as crianças desenvolvem suas capacidades emocionais, psicológicas e cognitivas é o lar – e, mais especificamente, a família” (Tough, 2017, p.27). E acrescenta: “se ambientes domésticos podem ter um impacto positivo na formação de crianças, podem também fazer o oposto [...] quando crianças experimentam o estresse tóxico [...] isso pode prejudicar seu desenvolvimento de maneiras profundas, comprometendo seu sistema imune, suas funções executivas e sua saúde mental” (Tough, 2017, p. 32). O conhecimento da dinâmica familiar, da sua organização e das suas condições éticas e culturais é fundamental para a análise dos conhecimentos adquiridos pela criança, anteriormente ao ingresso na escola. Investigar a relação da família com a aprendizagem, os valores e crenças que ela defende, constitui tarefa complexa e árdua, porém, muito importante para a compreensão do processo de aprendizagem da criança e a eficácia das propostas de intervenção.

Contudo, não é suficiente apenas tomar ciência das condições familiares do estudante com dificuldade de aprendizagem, é preciso oferecer apoio à família e orientá-la quanto à proteção do estudante. Isso inclui destacar a importância de estímulos para a aprendizagem, dos benefícios de relações interpessoais harmoniosas no ambiente familiar e ajudá-la a estabelecer uma rotina de vida mais sadia e estável. Embora a família e a escola exerçam papéis diferentes na construção do conhecimento, o fortalecimento dos vínculos facilita a parceria na busca de soluções para as dificuldades encontradas. Quando a cumplicidade se faz presente, cria-se um vínculo baseado na transparência, no respeito e na confiança, trazendo consequências positivas substanciais para o progresso e a educação da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo deste estudo consistiu em identificar os principais elementos externos que representam obstáculos para a alfabetização e letramento de crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesse sentido, frisou-se a relevância do suporte e envolvimento da equipe pedagógica, não apenas na formação docente, mas também na implementação de intervenções eficazes para lidar com tais desafios. As reflexões realizadas foram essenciais para a compreensão e abordagem das dificuldades encontradas no ensino da leitura e escrita para crianças em fase escolar. Contudo, é preciso salientar que há ainda diversas lacunas nesse campo de estudo a serem exploradas, investigadas e desbravadas, apesar da ampliação da pesquisa nas últimas décadas e das evidências ainda restritas disponíveis.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que os principais fatores externos que dificultam a alfabetização e letramento infantil englobam questões socioeconômicas, acesso limitado a recursos educacionais e ausência de apoio familiar. A equipe pedagógica desempenha um papel formativo tanto para os professores como no engajamento das famílias em práticas mais focadas no desenvolvimento das habilidades de leitura.

A conclusão deste estudo ressalta a importância da parceria entre família e escola para assegurar o êxito no processo de aprendizagem das crianças. Salienta-se a premência de investimentos na formação continuada dos docentes alfabetizadores e na adoção de políticas educacionais voltadas à alfabetização e letramento. Em síntese, uma parceria colaborativa entre família e escola exerce um papel fundamental no avanço significativo do processo de aprendizagem como um todo, além de contribuir para o aprimoramento do comportamento dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádya. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/files/2019/08/Unidade-1.pdf>. Acesso em: 07/07/2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09/11/2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf; Acesso em: 06/06/2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p. Conteúdo: Lei no 8.069/1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 09/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2023.

BRASIL. **Brasil no Pisa 2018** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso em: 02/10/2023.

BRAZELTON, T.; GREENSPAN, S. I. **As necessidades essenciais das crianças**: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEUS, Andréia Florêncio Eduardo de; CANCIAN, Queli Ghilardi; SILVA, Anilton de Oliveira da; SILVA, Gabriela Artini da; MALACARNE, Vilmar. Alfabetização em tempos de pandemia: realidade e desafios na percepção das famílias. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 42, 2023.

FERNANDÉZ, A. **A inteligência Aprisionada**: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

SAMPAIO, Renata Maurício. ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS E LETRAMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19, (p. 18-35). In: SENHORAS, Elói Martins (organizador). COVID-19: Letramento, Educação Especial e Saúde Mental. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 151 p. Coleção: **Comunicação e Políticas Públicas**, v. 79. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. Tradução: Monica Stahel. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2012.

SCHWARTZ, S. Receita para ensinar/aprender a ler e a escrever. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. (organizadora). **Professores e Alunos**: aprendizagens significativas em comunidades de prática educativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 30/10/2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2019.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.

TOUGH, P. **Como ajudar as crianças a aprenderem**: o que funciona, o que não funciona e por quê. Rio de Janeiro: Intrínseca: 2017.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.